

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 46ª Reunião Ordinária – 04/12/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

Membros presentes	
Entidade	Representante
CDRS	Henrique Bellinaso (T) Denis Herisson Silva (S)
CONIRP	Roberto Polga
Cooperativas Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
DAAE Rio Claro	Miguel Milinski (S)
DAE S/A Jundiaí	Maria Carolina H. D. Simões
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira
INEVAT	Cláudia Grabher
IZ-APTA-SAA	João José A A Demarchi (T) Simone R. Oliveira (S)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira
P.M. de Limeira	Meire Menezes Bassan (T)
P.M. de Rio Claro	Miguel M. Milinski
SAA	Henrique Bellinaso (T) Denis Herisson Silva (S)
SANASA/CT-EA (convidada)	Ana Lucia F R Vieira
SIMA/CFB	Célia Alves Surita (S)

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Membros com Justificativa	
Entidade	Representante
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi
SR Campinas	
SR Rio Claro	
SR Salto	

Membros Ausentes	
Consórcio PCJ	
COOTA	
P.M. de Charqueada	
P.M. de Salto	
SIMBiOSE	
SR de Limeira	
UNESP/IGCE	

Convidados / Inscritos	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Bruna Juliani
	Bruno Aranda
	Felipe Requena
	Ivan Gerdzijauskas
	Leonardo Baumgratz
	Marcos Cazzonatto
	Mateus Ismael
	Rebeca Silva
	Tiago Georgette
ESALQ (GeoLab)	Paulo André Tavares
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuso
P.M. de Jaguariúna	Aline Granghelli Catão Pamela Tieppo
PUC Campinas	Duarcides Mariosa

1. Abertura da 46ª Reunião Ordinária (item 1 da pauta):

A coordenadora-adjunta, Sra. Meire Menezes Bassan, representante da Prefeitura Municipal de Limeira, fez a abertura da 46ª Reunião Ordinária do GT-Mananciais, informando que a convocação foi enviada por mensagem eletrônica no dia 26/11/2020 e deu as boas-vindas aos membros presentes. Na sequência, passou a palavra ao Sr. Demarchi para proceder as atividades de secretaria. **2. Secretaria (item 2 da pauta):**

O Sr. João José A. A. Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia – Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (IZ/APTA/SAA) e secretário do GT agradeceu a presença de todos dando sequência aos trabalhos do dia. **2.1. Aprovação das minutas de ata da 45ª Reunião Ordinária realizada em 13/11/2020 e da 5ª Reunião Extraordinária do GT-Mananciais realizada em 28/10/2020:** O Sr. Demarchi questionou os membros se haveria a necessidade de realizar a leitura das minutas de atas, que foi dispensada por todos. Após essa confirmação, consultou aos membros se havia alguma consideração sobre as minutas submetidas. Não havendo, colocou em votação as minutas de ata da 45ª Reunião Ordinária e da 5ª Reunião Extraordinária do GT-Mananciais, sendo ambas aprovadas por unanimidade; **3. Informes da Secretaria:** Dando continuidade, apresentou os seguintes informes: **3.1. GT-Áreas Protegidas:** O Sr. Demarchi informou que o trabalho

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 46ª Reunião Ordinária – 04/12/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

realizado de atualização do Mapa de Áreas Protegidas PCJ tem sido bem proveitoso para fortalecer a Rede de Áreas Protegidas das Bacias PCJ e que em breve será encaminhado para aprovação de todos; **3.2. GT-Áreas Protegidas – Documento Final das Oficinas:** Informou também que a versão final do documento de planejamento será analisada na próxima reunião do GT-Áreas Protegidas prevista para o dia 14/12/2020 (segunda-feira); **3.3. GT-Indicadores e Monitoramento:** O Sr. Demarchi informou que os membros estão concluindo a disciplina com o professor Tadeu Malheiros (EESC-USP) e está sendo bem proveitoso no aprimoramento do conhecimento dos participantes, de modo que poderá auxiliar bastante o trabalho daquele GT. Também informou sobre os bons resultados do evento II Sustentare & V WIPIS ocorrido nos dias 17 a 19 de novembro, com 103 (cento e três) artigos aprovados e apresentados será repetido este ano conforme Plano de Trabalho da CT-RN. Na próxima reunião do GT-Indicadores e Monitoramento, previsto para 10/12/2020 (quinta-feira), será feito um repasse geral sobre os resultados do evento para fins de avaliação. Por fim, informou que o Termo de Parceria entre a Agência PCJ e PUC Campinas está na fase final de coleta das assinaturas para entrar em vigor. O Sr. Leonardo Baumgratz, analista técnico da Assessoria Ambiental da Agência PCJ, informou que houve a necessidade de alterar a Comarca no contrato, mas já foi aprovado havendo em breve a necessidade apenas das assinaturas; **3.4. GT-SAA (Termo de Cooperação CDRS e Agência PCJ) – documento de planejamento:** O Sr. Demarchi informou que um Termo de Cooperação está em processo final para ser apresentado e que com ele, a Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) poderá dar um maior apoio nos trabalhos de restauração por meio da capilaridade que a instituição possui nos municípios paulistas. A CDRS tem apoiado a análise e validação das propriedades cadastradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) por meio de análises dinamizadas; **3.5. Criação do GT-SIMA – andamento das ações:** O Sr. Demarchi informou que os trabalhos estão iniciando e que em breve uma primeira reunião será agendada. A Srta. Bruna Juliani, analista técnica da Assessoria Ambiental da

Agência PCJ informou que o processo de criação do GT está na fase de planejamento junto à Diretoria da Agência PCJ, e que tão logo aconteça, eles darão encaminhamento; **3.6. Interlocução com a CT-EA** (curso de especialização em EA – OCA ESALQ/USP) O Sr. Demarchi comentou sobre o curso de especialização em “Educação e Sustentabilidade Ambiental” oferecido pelo Laboratório de Educação e Política Ambiental do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (OCA/ESALQ/USP) e afirmou que este curso, que ele já concluiu, pode ser muito importante para outros membros e recomendou o curso para os interessados; **3.7. Interlocução com a CT-AS** (discussões sobre ações integradas para aperfeiçoamento da Política de Mananciais PCJ com informações sobre águas subterrâneas): O Sr. Demarchi informou que a segunda reunião ainda não foi agendada, mas que esta interlocução poderá trazer grandes frutos para o trabalho entre as duas áreas; **3.8. CT-RN: 98ª Reunião (16/12):** O Sr. Demarchi informou que na próxima reunião haverá a apresentação do Sr. Adriano Pinter, da Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN-SP) e terá como tema a **Saúde Ambiental Única**, que poderá auxiliar a todos compreenderem melhor essa inter-relação das comunidades com os ecossistemas protegidos e sua influência na área da saúde e combate às zoonoses; **3.9. GT-Planejamento Estratégico** (Coordenadores de CT's): O Sr. Demarchi informou sobre os trabalhos do GT-Planejamento Estratégico, cujo enfoque da fase 2 está voltado para as Câmaras Técnicas. Nova reunião está prevista para o dia 07/12/2020 e os coordenadores das CTs são os membros que estão se debruçando no tema; **3.10. Palestra no 2º Seminário Ciências e Direitos da Natureza: água como direito a todas as formas de vida** (Sapucaí Mirim/MG): O Sr. Demarchi relatou a sua participação no referido evento onde ministrou sobre a Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, o que propiciou bastante interação com agentes daquela região; **3.11. Outros Informes:** a) O Sr. Demarchi informou que a Política de Proteção aos Mananciais e o Programa LUISA-PCJ (Levantamento de Unidades para Investimentos em Serviços Ambientais) foram

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 46ª Reunião Ordinária – 04/12/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

submetidos para concorrer nas categorias do Prêmio ANA 2020, premiação do setor de águas, criada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para reconhecer as melhores práticas e iniciativas voltadas ao cuidado das águas do Brasil, mas os projetos da Agência PCJ não foram escolhidos entre os finalistas;

b) Lançamento do Projeto de Realidade Virtual dos Comitês PCJ:

A Sra. Ana Lucia Floriano, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) convidou a todos para conhecer o Projeto de Educação Ambiental em realidade virtual das Bacias PCJ (PCJ Virtual), que está disponível no link <<https://www.agencia.baciaspcj.org.br/pcj-virtual/>>. Informou que essa iniciativa contaria com ações presenciais que foram adiadas por conta da pandemia. Depois, com o avanço da consolidação das medidas preventivas de segurança estabelecidas pelos órgãos oficiais de saúde, uma ação de lançamento do projeto no estilo *Drive-in* foi pensada, mas acabou sendo cancelada, visto que a região de Piracicaba/SP entrou novamente na fase 3 (amarela) do Plano São Paulo. Nesse sentido, a Agência PCJ, uma das realizadoras do projeto, recomendou seu cancelamento de forma presencial, havendo apenas o lançamento virtual por meio de suas redes sociais; **c)** O Sr. Miguel Milinski representante da Prefeitura Municipal de Rio Claro, convidou a todos a assistirem as reuniões do Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) e Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Os eventos ocorreram, devido a pandemia, em formato totalmente *online*, durante os dias 02 e 03 de dezembro e todos os vídeos das reuniões estão disponíveis para acesso no sítio eletrônico <<https://www.youtube.com/channel/UCbNdNmu2hf72vSAIJC6eI8Q>>. Relatou o enfoque especial que teve sobre a participação de jovens nos CBHs e informou que nos próximos anos, o ENCOB acontecerá em Curitiba/PR (2021), na região amazônica (2022) e em Fortaleza/CE (2023). **4. implantação do Novo Código Florestal no estado de São Paulo. Expectativas de integração com a Política de Mananciais PCJ - Dr. Paulo André Tavares. Projeto FAPESP USP/ESALQ/GeoLab:** Na sequência, o Sr. Henrique Bellinaso, coordenador do GT-Mananciais e representante da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Secretaria de

Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (CDRS/SAA-SP), convidou o Dr. Paulo André Tavares, pesquisador do Projeto FAPESP pelo Laboratório de Planejamento de Uso do Solo e Conservação da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” campus de Piracicaba da Universidade de São Paulo (USP/ESALQ/GeoLab), que apresentou sobre “Código Florestal no Estado de São Paulo”. O projeto nasceu de uma demanda do Fundo de Amparo a Pesquisas no Estado de São Paulo (FAPESP) por projetos que fornecessem subsídios científicos para a implementação do Código Florestal no Estado de São Paulo (2016). Desde o começo, o projeto foi planejado para apoiar políticas ambientais, produzir informações científicas relevantes para a tomada de decisões apresentadas de forma acessível. Assim, o projeto não tinha o objetivo de apresentar uma decisão, mas subsidiar os tomadores de decisão. Este projeto foi coordenado pelo Prof. Dr. Gerd Sparovek da ESALQ-USP e envolveu várias instituições como Projeto Biotá FAPESP, ESALQ, IMAFLORA (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola), GeoLab (Laboratório de Planejamento de Uso do Solo e Conservação), LERF (Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal), LEMaC (Laboratório de Ecologia, Manejo e Conservação de Fauna Silvestre), NEA (Núcleo de Educação Ambiental), WWF (*World Wide Fund for Nature*), WRI Brasil (*World Resources Institute*), *The University of Queensland*, Agrosatélite e KTH. O projeto funcionou por meio de oito reuniões abertas para identificação de demandas, análise dos dados, publicação de resultados, reuniões de *feedback* para apresentação dos resultados e publicação de Notas Técnicas. Nestas reuniões, participaram diversos setores como secretarias de Governo, organizações não governamentais (ONGs), sociedade civil, universidades e institutos de pesquisa, Ministério Público, representantes do setor agropecuário, setor jurídico, prestadores de serviços e alunos de graduação das universidades envolvidas. O projeto utilizou como metodologia a modelagem detalhada do Código Florestal de imóveis rurais declarados no Cadastro Ambiental Rural (CAR), usando bases como uso do solo, hidrografia e módulos fiscais por municípios. A partir disso, os dados foram confrontados com exigências e isenções da legislação,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 46ª Reunião Ordinária – 04/12/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

sobreposições com terras públicas, o que gerou informações como **déficit de Áreas de Preservação Permanente (APP), de Reserva Legal (RL) e excedentes de áreas remanescentes disponíveis para compensação**. Um dos desafios foi fazer a modelagem de acordo com o artigo 68 (sessenta e oito) do Código Florestal que isenta de restauração ou compensação de RL desmatadas em imóveis de acordo com a lei vigente à época de abertura. O projeto considerou três marcos legais temporais para considerar a legislação da época e para diagnosticar sua adequabilidade: Decreto nº 23.793 de 1934, Lei nº 4.771 de 1965 e Lei nº 7.803 de 1989. Mas esses marcos legais não possuem levantamentos fotográficos das áreas, havendo imagens disponíveis apenas nos anos de 1962 e 1973. A análise considerou dois mapas disponíveis também: mapa de vegetação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1965 e mapa de fitofisionomias do Projeto Radar da Amazônia (RADAM Brasil) de 1970/80. Assim, de um **déficit** encontrado de 865.391 ha (oitocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e noventa e um hectares) com base no Código Florestal, com as fitofisionomias e uso do solo histórico, o déficit cai para 358.310 ha (trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e dez hectares) considerando esses atendimentos às legislações anteriores. A lacuna de informação fica na ausência de dados que representem as propriedades no ano de 1934 para conhecimento do que já estava desmatado conforme legislação. Para buscar/gerar uma base, foi realizado um estudo com base no mapa logístico do estado de São Paulo do ano de 1920, um mapa de aptidão agrícola e censo agropecuário de 1920 e considerando o mapa de vegetação de 1965, gerou-se um mapa probabilístico de vegetação remanescente em 1934. Como Resultados produzidos desses levantamentos, foram apresentadas três possibilidades de estratégia de recuperação, sendo elas: **1. Déficit e excedente:** O Sr. Paulo Tavares explicou que foi identificado que a recuperação de 5.000 (cinco mil) propriedades abarcaria 50% (cinquenta por cento) do **déficit** de áreas e que 50.000 (cinquenta mil) propriedades gerariam 90% (noventa por cento) do **déficit**. O **déficit** de RL identificado ficou em 367.404 ha (trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quatro hectares) com maior concentração no oeste paulista e na

zona de tensão e bioma cerrado na região central do estado de São Paulo. Já o **déficit** geral (APP+RL) ficou em **1.135.984 ha** (um milhão, cento e trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e quatro hectares), sendo que 39% (trinta e nove por cento) estão cobertos com cana-de-açúcar e 36% (trinta e seis por cento) como pastagens. Quanto ao excedente, foram encontrados 645.905 ha (seiscentos e quarenta e cinco mil, novecentos e cinco hectares) com prevalência no litoral sul do estado. Quanto às Bacias PCJ, foram analisadas 33.702 (trinta e três mil, setecentos e duas) propriedades com 2.970 ha (dois mil, novecentos e setenta hectares) de **déficit** em RL e 96.322 ha (noventa e seis mil, trezentos e trinta e dois hectares) em APP com área integral e 56.513 ha (cinquenta e seis mil, quinhentos e treze hectares) considerando a faixa mínima de preservação de APP; **2. Compensação de Reserva Legal:** Apresentou os trabalhos de reconhecimento das áreas de restauração de RL, onde podem ser compensadas com arrendamento de áreas sob o regime de servidão ambiental e cadastramento de outra área, cota de reserva ambiental (CRA) e doação de área em unidades de conservação pendente de regularização fundiária. Na sequência, apresentou a ferramenta dinâmica para compensação de Reserva Legal no estado de São Paulo que está disponível no link <https://compensacao.shinyapps.io/rl_sp/>; **3. Restauração de Reserva Legal:** Com foco principalmente na restauração dentro da propriedade em pastos de baixa aptidão (PBA) que pode levar a uma compensação de restauração de 117.044 ha (cento e dezessete mil e quarenta e quatro hectares) entre os biomas Cerrado e Mata Atlântica, o que poderia gerar, no limite, a recuperação de 32% (trinta e dois por cento) do **déficit** do estado de São Paulo. Outro ponto interessante apresentado é a possibilidade de executar a restauração multifuncional, por meio da recuperação da RL com 50% (cinquenta por cento) da área recuperada com espécies exóticas e aproveitamento econômico, o que poderia reduzir o **déficit** em 43% (quarenta e três por cento) do total no estado de São Paulo, ou o equivalente a 486.672 ha (quatrocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e setenta e dois hectares). Na sequência, o Sr. Henrique agradeceu a apresentação do Sr. Paulo Tavares e questionou qual a influência das recentes alterações do Programa de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 46ª Reunião Ordinária – 04/12/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

Regularização Ambiental (PRA) podem influenciar o processo de restauração. O Sr. Paulo explicou que essas mudanças podem gerar riscos para o processo de restauração. Explicou também que os mapas gerados para a vegetação existente em 1934 são probabilísticos e demandam cuidados na interpretação. Convidou a todos a acessarem o sítio eletrônico do Projeto Código Florestal no estado de São Paulo, que está disponível no link <<https://codigoflorestal.wixsite.com/tematico>>, onde podem ser vistas as áreas por recorte de Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI). O Sr. Miguel Milinski (PM de Rio Claro) parabenizou o Dr. Paulo pela apresentação e questionou sobre o motivo da adoção dos marcos temporais de 1934, 1965 e 1989, ao invés de 2008 que está na revisão do Código Florestal que virou a Lei nº 12.651/2012. O Sr. Paulo explicou que esses marcos estão na Lei nº 15.684/2015 do estado de São Paulo, por isso sua adoção. O Sr. Henrique explicou que esse marco de 2008 do Código Florestal estabelece que o proprietário da área não será autuado, mas o proprietário ainda terá a obrigação de restauração se sua área for maior que quatro módulos fiscais, e no caso de área menor, apenas o remanescente em 2008 deverá ser mantido. A Sra. Claudia Grabher, representante do Instituto Estudos Vale do Tietê (INEVAT), relatou a importância da compensação de áreas desmatadas na parte baixa das Bacias PCJ em áreas preservadas na parte alta da bacia e questionou se já há alguma tratativa junto ao Programa Nascentes do Governo de São Paulo. O Sr. Paulo respondeu que não participou deste tipo de tratativa, mas que o grupo tem levantado a realidade da região de Piracicaba/SP procurando áreas menos favoráveis para cultura de cana-de-açúcar, mas que poderiam ser convertidas para essas áreas de Reserva Legal. O Sr. Denis Herisson, representante da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (CDRS/SAA-SP), questionou se há uma base disponível digital para esses marcos mais antigos para facilitar o acesso. O Sr. Henrique Bellinaso explicou que essas bases antigas não estão digitalizadas, sendo possíveis fontes dessas imagens antigas o Centro Integrado de Informações Agrometeorológicas (CIIAGRO) ou a extinta Empresa Paulista de

Planejamento Metropolitano SA (Emplasa). O Sr. Paulo explicou que não possui uma carta digital, mas que eles acessaram a Carta do IBGE base 1965 com escala 1:5.000 (um para cinco mil), mas que infelizmente as imagens aéreas não são disponibilizadas digitalmente. O Sr. Paulo Mancuso, representante da Prefeitura Municipal de Hortolândia, questionou sobre o uso de todas as áreas planas e a perda da biodiversidade já que apenas as áreas topos de montanha são protegidas. O Sr. Paulo Tavares informou que com o avanço do desmatamento e poucas áreas preservadas, a orientação é para aproveitar áreas com menor aptidão agrícola mecanizável e em processo de recuperação natural, o que garante um mínimo de restauração. O Sr. Demarchi perguntou como foi a forma de definição dos PBAs. O Sr. Paulo informou que essas áreas consideraram em seu modelo de definição informações com características de relevo, clima local, solo e principais características das culturas agrícolas plantadas na região. Esses dados foram cruzados com o uso do solo identificando áreas que são pouco aptas para o uso, e que tenham baixo potencial de ganho econômico e que sejam convertidas em áreas para conversão de RL. O Sr. Demarchi falou sobre uma preocupação que é o uso dessas áreas para a silvicultura como eucalipto que muitas vezes são plantados em modos inadequados de conservação de solo. A Sra. Claudia Grabher (INEVAT) informou sobre a prática antiga, onde muitos produtores inseriam algumas cabeças de gado como forma de manter a área como produtiva. O Sr. Paulo respondeu que isso era prática comum, e que há ações de incentivo a manutenção de áreas florestais e tem que ver as questões fundiárias. O Sr. Demarchi reforçou que além desses pontos, há também a questão da cultura de não querer atender a legislação com o anseio de receber alguma anistia no futuro. O Sr. Paulo Mancuso (PM de Hortolândia) relatou sobre a cultura de muitos técnicos de extensão rural entenderem que a classificação de áreas como de restauração e não de produção gere mais riscos para o produtor. O Sr. Denis Herisson (CDRS/SAA-SP) explicou que a legislação possui alguns incentivos para áreas agrícolas, o que permite acessos a vantagens que uma área de restauração não possui, por isso aquele entendimento de muitos técnicos. **5. Discussões / Palavra aberta:** O Sr. Demarchi abriu para discussões e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 46ª Reunião Ordinária – 04/12/2020 – 09 às 12h

Reunião por Videoconferência

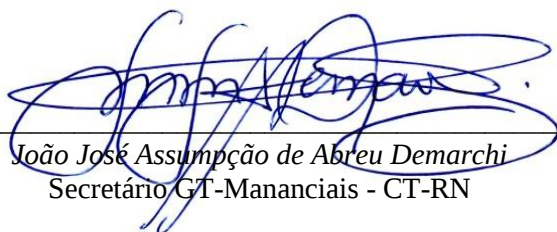
palavra aberta. **a)** o Sr. Denis Herisson (CDRS/SAA-SP) informou que, por meio de reuniões da Unidade Gestora de Projeto – UGP Charqueada/SP, ficou estabelecido que com a identificação de pontos de erosão severas em áreas de mananciais, um técnico da empresa Raízen, gestora de áreas de cana-de-açúcar, poderá ser contatado diretamente e que irá até a área para analisar e tomar as ações necessárias. Assim, o projeto ganha mais um apoio importante no cumprimento de seu objetivo; **b)** a Sra. Meire Bassan (PM de Limeira) informou que foi realizado os Projetos Integrais da Propriedade (PIPs) de 28 (vinte e oito) propriedades dentro do Projeto de Limeira/SP e que ainda há a percepção de produtores que a recuperação de mananciais seja a perda desta área da propriedade para o Estado. A Sra. Ana Lucia Floriano (CT-EA) solicitou que a Sra. Meire encaminhasse mais detalhes sobre esses pontos para que ela possa apresentar como pauta de discussões nas reuniões da CT-EA. **6. Comentários finais e Encaminhamentos:** Pelo tempo da reunião, não foi realizado o espaço para comentários finais. **7. Encerramento:** A Sra. Meire Bassan, coordenadora-adjunta do GT-Mananciais, perguntou se havia mais alguma manifestação a ser feita pelos presentes, e não havendo, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Henrique Bellinaso

Coordenador do GT-Mananciais - CT-RN

Meire Menezes Bassan

Coordenadora Adjunta do GT-Mananciais - CT-Rural



João José Assunção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN

011.04.02.006



Página 6 de 6